



## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

### PGP – PLANO GERAL DE PROJETO

#### 1 Identificação do Projeto

<b>Projeto</b> TRE PARA TODOS	
<b>Demandante</b> ASSZE	<b>Data da Elaboração</b> 03/07/2024
<b>Cliente</b> Usuários da Justiça Eleitoral (jurisdicionados, advogados e partes)	
<b>Patrocinador</b> TRE/BA	
<b>Gerente do Projeto</b> Silvana Matos Sampaio Caldas – titular João Vasconcelos de Souza Neto - substituto	<b>Lotação do Gerente</b> ASSZE
<b>E-mail do Gerente do Projeto</b> smatos@tre-ba.jus.br jvsouza@tre-ba.jus.br	<b>Ramal do Gerente do Projeto</b> 7095 9206
<b>Programa vinculado</b> Não se aplica	

#### 2 Visão Geral do Projeto

##### 2.1 Justificativa do projeto

O presente projeto visa aproximar a Justiça Eleitoral dos cidadãos baianos através da criação/expansão dos Pontos de Inclusão Digital – PID, nos termos da Resolução CNJ nº 508/2023. Esta resolução trata da necessidade de maximizar o acesso à Justiça em todo o território nacional, especialmente em cidades nas quais não exista nenhuma unidade física do Poder Judiciário, o que, muitas vezes, impede o acesso efetivo à Justiça, sobretudo para os mais carentes aos quais é ainda mais custoso se deslocar por grandes distâncias para obter os serviços do Poder Judiciário.

Nessa toada, a Resolução CNJ nº 508/2023 regulamenta a criação destes Pontos de Inclusão Digital, com amparo na Agenda 2030 da ONU, especialmente no seu Objetivo de Desenvolvimento Sustentável nº 16 de promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.

##### 2.2 Objetivo do Projeto

O Programa TRE PARA TODOS tem o propósito de tornar permanente a implantação/expansão dos Pontos de Inclusão Digital do TRE/BA, nos termos das normas vigentes, possibilitando transparência e eficiência na expansão dos pontos e no incremento daqueles já existentes com a adesão de outros órgãos do Poder Judiciário e de outras instituições e entidades essenciais à administração da Justiça, a exemplo da Defensoria Pública, do Ministério Público e Ordem dos Advogados do Brasil.

##### 2.3 Objetivos Estratégicos

- Prestar serviço de qualidade ao público
- Melhorar a comunicação administrativa

##### 2.4 Objetivos Específicos

Com a expansão da rede de Pontos de Inclusão Digital do TRE haverá maior capilarização dos pontos de atendimento aos usuários da Justiça Eleitoral no Estado, ampliando de forma efetiva o acesso à Justiça, facilitando a comunicação entre o cidadão e os cartórios eleitorais e descentralizando os canais de atendimento ao eleitor. A criação de um programa permanente permitirá uma rotina de ampliação e melhoria desses canais de atendimento e pontos de prestação de serviço, em especial àqueles cidadãos de menor poder aquisitivo e/ou excluídos digitais.

### 3 Escopo do Projeto

#### 3.1 Dentro do Escopo

- Resolução Administrativa – resolução que regulamentará, no âmbito do TRE/BA, o Programa TRE PARA TODOS;
- Modelo Padrão de Acordo de Cooperação Técnica – modelo a ser disponibilizado no site do TRE/BA, na aba referente ao Programa, para consulta pública dos interessados em celebrar convênio com o TRE;
- Acordo Permanente de Cooperação Técnica TRE/BA e TJ/BA – pretende-se celebrar acordo entre o TRE e o TJ/BA de parceria permanente na criação e expansão de PIDs no Estado;
- Inclusão do Programa no site do TRE para divulgação.

#### 3.2 Fora do Escopo

- Adesão do TRE/BA aos Pontos de Inclusão Digital do TJ/BA já existentes no interior do Estado (SEI nº 0008545-68.2023.6.05.8000)
- Adesão do TJ/BA aos Pontos de Inclusão Digital do TRE já existentes na Capital (SEI nº 0013206-90.2023.6.05.8000)

#### 3.3 Estrutura Analítica do Projeto (EAP)

Em anexo

### 4 Cronograma detalhado

Fase 0: Planejamento e controle

Fase 1: Entrega dos produtos

Entrega 1.1: Resolução Administrativa publicada

Entrega 1.2: Modelo Padrão de Acordo de Cooperação Técnica

Fase 2: Conclusão do projeto

Entrega 2.1: Divulgação do programa no portal

Etapas	Cronograma		Predecessoras	Interface	Responsável
	Início	Término			
<b>Fase 0</b>	<b>23/05/2024</b>	<b>30/08/2024</b>			
0.1 Planejamento	23/05/2024	05/07/2024			ASSZE
0.1.1 Elaborar PGP	11/06/2024	05/07/2024			
0.1.2 Submeter PGP à aprovação	08/07/2024	12/07/2024			
0.2 Execução e Monitoramento do projeto	15/07/2024	30/08/2024			ASSZE
0.3 Encerramento do Projeto	30/08/2024	30/08/2024			ASSZE
<b>Fase 1:</b>	<b>03/07/2024</b>	<b>31/07/2024</b>			
1.1 Análise da resolução administrativa pela assessoria jurídica	03/07/2024	12/07/2024			AJUR1

1.2 Remessa da minuta de resolução para aprovação do Pleno	15/07/2024	19/07/2024			SGPRE
1.3 Aprovação da minuta de resolução pelo Pleno	22/07/2024	31/07/2024			
1.4 Publicação da Resolução Administrativa no DJE	01/08/2024	05/08/2024			ASSPR
<b>Fase 2:</b>	<b>03/07/2024</b>	<b>31/07/2024</b>			
2.1 Análise da minuta de acordo padrão de cooperação técnica pela assessoria jurídica	03/07/2024	12/07/2024			ASJUR1
2.2 Remessa da minuta de acordo padrão de cooperação técnica para aprovação da Presidência	15/07/2024	19/07/2024			SGPRE
2.3 Aprovação pela Presidência do modelo padrão de acordo de cooperação técnica	22/07/2024	31/07/2024			ASSPR
<b>Fase 3:</b>	<b>03/07/2024</b>	<b>21/08/2024</b>			
3.1 Análise da minuta de acordo de cooperação técnica com o TJ pela assessoria jurídica	03/07/2024	12/07/2024			ASJUR1
3.2 Remessa da minuta de acordo de cooperação técnica para aprovação da Presidência	15/07/2024	19/07/2024			SGPRE
3.3 Aprovação pela Presidência da minuta de acordo de cooperação técnica com o TJ	22/07/2024	31/07/2024			ASSPR
3.4 Tratativas com o TJ/BA para celebração do acordo	22/07/2024	09/08/2024			ASSZE
3.5 Assinatura de termo de cooperação técnica permanente entre TRE e TJ	12/08/2024	16/08/2024			
3.6 Publicação do termo assinado no DJE	19/08/2024	21/08/2024			ASSPR
<b>Fase 4:</b>	<b>21/08/2024</b>	<b>28/08/2024</b>			
4.1 Elaboração da versão final do documento de	21/08/2024	23/08/2024			ASSZE

apresentação do programa					
4.2 Disponibilização do Programa no portal do TRE com link para as versões aprovadas dos documentos (resolução e modelo padrão de acordo)	26/08/2024	28/08/2024			ASSZE
<b>Fase 5:</b>	<b>22/08/2024</b>	<b>30/08/2024</b>			
5.1 Apresentação de relatório de Encerramento do projeto	22/08/2024	30/08/2024			ASSZE

**Fase:** conjunto de atividades do projeto logicamente relacionadas, normalmente concluída com a entrega de produto ou serviço específico. Por exemplo: cadastro eleitoral, licitação;

**Entrega:** qualquer saída, resultado ou item mensurável, tangível e verificável que deve ser obrigatoriamente produzido para concluir um projeto ou parte de um projeto.

**Atividade:** todas as ações necessárias para que a Entrega seja realizada.

**Predecessora:** etapa (fase, entrega ou atividade) anterior cujo cumprimento é requisito para o início da etapa de referência.

**Interface:** meio capaz de promover a interação entre duas ou mais fases, entregas ou atividades.

## 5 Plano Orçamentário

Não se aplica.

Entrega	Recurso	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total

## 6 Organização do Projeto

### 6.1 Áreas impactadas

Unidade Interna Impactada	Descrição do Impacto Previsto	Gestor da Unidade
ASJUR1	Analisar as minutas de resolução e acordos de cooperação técnica	Silene Mascarenhas de Souza
SECONT/SGA	Registrar os acordos celebrados a partir do programa	Cristian Patric de Sousa Santos
SGPRE	Validar os produtos	Maria do Socorro de Almeida Gouveia
Unidade Externa Impactada	Descrição do Impacto Previsto	Gestor da Unidade
x	Não se aplica	

## 6.2 Equipe do Projeto

Nome	Unidade	Ramal	E-mail
Silvana Matos Sampaio Caldas	ASSZE	7095	assze@tre-ba.jus.br
João Vasconcelos de Souza Neto	ASSZE	9206	assze@tre-ba.jus.br

## 7 Premissas e Restrições

Premissas:

- O programa atende à Resolução CNJ nº 508/2023.;
- O projeto é de finalização em curto prazo;
- O projeto é concluído com a criação de um programa permanente.
- Apoio da alta Administração

Restrições:

- Apoio da alta Administração.

## 8 Plano de Resposta aos Riscos

Causa raiz do risco	Efeito	Probabilidade de acontecer	Impacto
Falta de apoio da Alta Gestão para a implantação das ações propostas pelo Projeto.	Dificuldade na regulamentação do programa e implantação das ações que o tornarão efetivo	( x ) 1-Muito Baixo ( ) 2-Baixo ( ) 3-Médio ( ) 4-Alto ( ) 5-Muito alto	( ) 1-Muito Baixo ( ) 2-Baixo ( ) 3-Médio ( ) 4-Alto ( x ) 5-Muito alto
Plano de Resposta			
Ações	Data limite	Responsável	Área
Promover campanhas sobre a importância do projeto.	31/07/2024	Silvana M. S. Caldas	ASSZE

Causa raiz do risco	Efeito	Probabilidade de acontecer	Impacto
Alteração dos critérios de criação e expansão dos PIDs pelo CNJ	Atraso na entrega dos produtos ou alteração de cronograma	( x ) 1-Muito Baixo ( ) 2-Baixo ( ) 3-Médio ( ) 4-Alto ( ) 5-Muito alto	( ) 1-Muito Baixo ( ) 2-Baixo ( ) 3-Médio ( ) 4-Alto ( x ) 5-Muito alto
Plano de Resposta			
Ações	Data limite	Responsável	Área
Acompanhar as publicações do CNJ e legislação vigentes	09/08/2024	Silvana M. S. Caldas	ASSZE

--	--	--	--

## 9 Aprovações

<b>Elaborado ou Revisado por</b>	<b>Data</b>	<b>Assinatura</b>
Silvana M. S. Caldas		
João Vasconcelos de Souza Neto		

<b>De acordo da Unidade solicitante e das Unidades impactadas</b>	<b>Data</b>	<b>Assinatura</b>

<b>Revisado (SEGOVE)</b>	<b>Data</b>	<b>Assinatura</b>

<b>Aprovado (Diretoria-Geral)</b>	<b>Data</b>	<b>Assinatura</b>